

DEBATE

'A propósito de Linguística Aplicada' 30 anos depois: quatro truísmos correntes e quatro desafios

'About Applied Linguistics' 30 years later: four truisms and four challenges

Daniel do Nascimento e SILVA (UNIRIO)*

RESUMO

A linguística aplicada (LA) brasileira alcançou sua idade adulta. Tomando a metade final da década de 1980 como o período em que a LA começa a ganhar espaço institucional no país, revisito a orientação pragmática e transdisciplinar desse campo tal como delineada em Cavalcanti (1986) e aponto quatro truísmos sedimentados na idade adulta da LA: (1) evidência empírica monolítica, (2) ideologias artefatuais de linguagem, (3) parco diálogo com modelos reflexivos de usuários e (4) concentração do trabalho em áreas em vez de problemas são modos de encaminhar a LA que, se não atingem todo o campo, impedem o trabalho transdisciplinar de investigação de problemas da sociedade e da vida humana envolvidos com o uso da linguagem. Em face desses truísmos, o artigo propõe quatro desafios para a vida adulta da LA.

Palavras-chave: *linguística aplicada; projeto epistêmico; ideologias linguísticas.*

*. Departamento de Letras, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Gostaria de agradecer a Viviane Veras e Joana Plaza Pinto pelo estímulo e pelas conversas que geraram este artigo, às/aos duas/dois pareceristas anônimos de *DELTA* pela atenção minuciosa e crítica a uma versão anterior do artigo e, principalmente, à leitura sofisticadamente densa e crítica de Inês Signorini. As falhas que permanecem são, no entanto, de minha inteira responsabilidade.

ABSTRACT

Applied Linguistics has reached its adult age in Brazil. Taking the second half of the 1980s as the period in which the discipline begins to acquire its institutional credentials in Brazil, this paper revisits the field's pragmatic and transdisciplinary status as delineated in Cavalcanti (1986). In this scenario, the paper points to four truisms that have established themselves as the discipline grew older: (1) monolithic empirical evidence, (2) artefactual language ideologies, (3) insufficient dialogue with users' reflexive models and (4) narrow focus on areas instead of problems. These truisms are all ways of enacting applied linguistics scholarship which, their limited reach in the discipline notwithstanding, hinder transdisciplinary work with problems of society and human life entangled with language use. The article ends by proposing four challenges to the field.

Key-words: *applied linguistics; epistemic project; language ideologies.*

All histories are selective, of course, but what they leave out and how they interpret what they select are more interesting than the mere fact of selection.

Talal Asad, *On suicide bombing*

Introdução

Em 1986, Marilda Cavalcanti publicou, em *Trabalhos de Linguística Aplicada*, um artigo pioneiro, intitulado 'A propósito de linguística aplicada'. O texto é pioneiro em pelo menos quatro sentidos. Primeiro, foi um dos primeiros no Brasil a delinear diferenças entre o campo então nascente e a já estabelecida linguística, circunscrevendo, ao mesmo tempo, a linguística aplicada (LA) no campo híbrido das trocas interdisciplinares. Segundo, o artigo atribui à linguística aplicada uma vocação, uma inclinação que orientaria suas múltiplas abordagens de modo mais amplo. Para a autora, a orientação da LA é eminentemente *pragmática*. No excerto a seguir, por exemplo, Cavalcanti defende que é a *prática* linguística e social a base de todo o passo-a-passo de uma pesquisa aplicada na área da linguagem:

O percurso de pesquisa em LA tem seu início na detecção de uma questão específica de *uso* de linguagem, passa para a busca de subsídios teóricos em áreas de investigação relevantes às questões em estudo,

DEBATE: 'A propósito de Linguística Aplicada' 30 anos depois

continua com a análise da questão *na prática*, e completa o ciclo com *sugestões de encaminhamento* (Cavalcanti, 1986:6, grifos meus).

Terceiro, a linguística aplicada foca na relevância multidisciplinar dos seus resultados. O desenvolvimento de teorias e métodos no campo da linguística aplicada pode contribuir para o encaminhamento de problemas em outros campos e, sobretudo, no próprio campo aplicado. Quarto, o artigo defende que a linguística aplicada *não* é aplicação de teorias linguísticas, menos ainda um campo que transporia teorias linguísticas para a sala de aula de línguas. Cavalcanti reajusta o foco das lentes da disciplina para a *ação* (mais uma vez a prática!) social por meio da linguagem de modo mais amplo, o que pode incluir a educação linguística. É a linguagem vista como mediação, promotora de encontros entre agentes sociais em diversos graus de participação recíproca e filiações institucionais e rituais, que entra em cena. Ali, a linguística aplicada reivindicava para si um lugar próprio no terreno mais amplo dos estudos da mediação simbólica, rejeitando o lote reservado de “auxiliar da linguística”. Nas palavras da própria autora:

Uma vez que a LA se interessa por problemas de uso da linguagem (...) dentro ou fora do contexto escolar, vejo seu foco de ação como sendo a *interação* face-a-face (conversação) ou ouvido-a-ouvido (conversação telefônica) e a interação à distância *mediada pelo texto*. Estes dois tipos de interação em sua abrangência incluem o ensino de línguas (Cavalcanti, 1986:8, grifos meus).

Como situar o texto de Cavalcanti (1986) na história da LA brasileira? A própria Cavalcanti aponta a data de 1971 como um marco inicial da LA no país: naquele ano, Maria Antonieta Alba Celani, considerada a mãe da LA no Brasil, fundava o primeiro programa de pós-graduação brasileiro em LA, na PUC-SP (Cavalcanti, 2004; Sito, Marques & Santos, 2007). O artigo de Cavalcanti (1986) coincide com outro marco: a criação do segundo programa de pós-graduação na área, na UNICAMP. Escrevendo o presente artigo 28 anos depois, tenho diante de mim uma disciplina que é hoje uma jovem adulta. A LA atualmente conta com 9 programas de pós-graduação intitulados de ‘linguística aplicada’ ou ‘estudos da tradução’ (além de áreas de concentração em LA em vários programas de estudos da linguagem ou

linguística), um congresso bianual (o Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, CBLA) e pelo menos três periódicos dedicados à área no portal Scielo (Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Trabalhos em Linguística Aplicada e Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada)¹.

Tendo em vista as quatro proposições salientes no artigo pioneiro de Cavalcanti, redigido num período em que a área lutava por espaço institucional para perseguir sua missão, gostaria, neste artigo, de delinear quatro truísmos no campo que têm se sedimentado na adolescência e nesse início de vida adulta da disciplina. Apesar das semelhanças numéricas, os truísmos não necessariamente correspondem aos quatro pontos salientes do texto propositor de Cavalcanti, mas são, em grande medida, impedimentos às posições da autora. Como forma de provocação, proporei quatro desafios para o campo, a meu ver mais alinhados com a orientação que leio no texto de Cavalcanti.

2. Os quatro truísmos

Qualquer congresso de linguística aplicada ou periódico da área no Brasil será um bom índice da presença desses truísmos e da força que eles exercem nas pesquisas: desde o seu desenho, passando pela forma como a linguagem é nelas analisada e usada como evidência para provar algumas teses, até os resultados gerados. Antes de enunciar os quatro truísmos, acho conveniente advertir que não estou dizendo que *todos* os estudos do campo instanciem esses truísmos. Há notáveis exceções. Seguindo um princípio de Judith Butler em seu *Problemas de gênero*, entendo que a postulação de uma lei social não significa que ela universalmente “determina a vida social de modo unilateral”, menos ainda que ela exista “em todos os aspectos da forma social considerada, mais modestamente, isso significa que a lei existe e que opera em algum lugar em cada formação social” (Butler, 2003 [1990]:115). Assim, esses truísmos ocorrem aqui e acolá, mas têm, em virtude da história que carregam consigo e dos mecanismos institucionais que facilitam sua

1. Na avaliação trienal da CAPES, em 2013, constam os seguintes programas: Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP), Linguística Aplicada (UECE, UnB, UNICAMP, UNISINOS e UNITAU), Interdisciplinar Linguística Aplicada (UFRJ) e Estudos da Tradução (UFSC).

proliferação, um potencial grande de disseminação e influência. Nas críticas a seguir, evitarei fazer referência a este/a ou aquele/a autor/a ou a este ou aquele trabalho porque meu objetivo não é criticar autores ou trabalhos individuais mas sim *tendências*.

Para tornar mais específico o escopo de minha análise, no entanto, indicarei os congressos e periódicos em que me pautei para delinear os truísmos: o Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, no Rio de Janeiro, em 2011, o Simpósio Internacional Discurso e Identidade, no Rio de Janeiro em 2006 e em Campinas em 2012, o 62º. Seminário do GEL em Campinas em 2014, a *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* (volumes 11 a 14: 2011 a 2014) e *Trabalhos em Linguística Aplicada* (volumes 50 a 53: 2011 a 2014).

Passemos a um exame dos truísmos.

2.1. *Evidência empírica monolítica*

Sob esse rótulo, refiro-me à natureza monolítica dos dados a que muitas pesquisas em linguística aplicada recorrem para dar validade a suas teses. Um monólito é uma pedra uniforme de grandes proporções ou um monumento construído com um só bloco de pedra, por exemplo um obelisco. Em inglês, monólito (*monolith*) é também uma estrutura social ou política uniforme e indivisível. A natureza monolítica se verifica sobretudo na desconsideração, por muitas pesquisas aplicadas no campo da linguagem, dos caminhos e circuitos que os textos percorrem na sociedade e do diálogo com a perspectiva daqueles que participam do processo de produção e consumo dos textos – i.e., da semiose (cf. Blommaert, 2008; Fiad, 2013; Borba 2014a, 2014b, 2014c; Fabrício, 2013, 2014; Pinto, 2014; Silva, 2012, 2014). Em uma sentença: etnografia e movimento (dos dados e do corpo de quem pesquisa) não estão sendo devidamente considerados em algumas pesquisas em LA. Este primeiro truísmo anda de mãos dadas com o truísmo 3 a seguir: evidência empírica monolítica implica uma recorrente desconsideração dos modelos reflexivos dos agentes envolvidos nas práticas sociais e linguísticas. Embora as pesquisas em linguística aplicada reconheçam, de um modo geral, a natureza *interacional* da linguagem e a fundamental constituição mútua da linguagem e da sociedade, é comum que

estudos sejam encaminhados somente a partir de um conjunto de dados (linguísticos), que não necessariamente dialogam com a perspectiva do/as participantes da semiose. Esse truísmo desponta como franca contradição a um dos pilares da LA, enunciado em Widdowson (2000) e retomado em Rajagopalan (2006):

[A LA é] uma atividade mediadora, de caráter mais etnográfico, que busca acomodar uma explicação linguística a outras perspectivas parciais sobre a língua, de maneira a propor reformulações relevantes do mundo “real” (Widdowson, 2000, *apud* Rajagopalan, 2006:165).

Sem uma perspectiva etnográfica e sem escrutínio das trajetórias textuais na sociedade, é como se a origem interacional do texto fosse extirpada, passando ele a ser tratado como objeto absoluto, detentor da verdade sobre a realidade social retratada. Por exemplo, uma notícia de jornal é o complexo resultado de interlocuções e tramas institucionais diversas: jornalistas conversam com seus informantes, registram imagens dos caminhos que percorreram, selecionam trechos de suas fontes de acordo com intenções coletivamente constituídas, até escreverem o texto de acordo com regimes editoriais e possivelmente verem o texto refeito nas etapas finais do circuito da notícia. Unidades linguísticas que compõem uma notícia, assim, terão viajado por caminhos sinuosos, sendo moldadas e remoldadas continuamente até se *entextualizarem* em seu formato “final”, p.ex., um texto impresso na página “x” do *Jornal Y*. Tratar o texto como um objeto absoluto em si mesmo, reflexo da realidade retratada, é no mínimo um realismo ingênuo. Tratar o texto como produto da intenção do autor individual é, pelo menos, um cognitivismo insensível às tramas sociais.

O breve e genérico caminho de entextualização (Bauman & Briggs, 1990) de uma notícia que descrevi acima é um princípio interpretativo já bastante antigo nos estudos da linguagem. No clássico *Os gêneros do discurso*, Bakhtin (2003 [1953]) já criticava o imobilismo das teorias linguísticas e a correlata interpretação dos falantes como “mônadas” no circuito da fala saussuriano (cf. Saussure, 1916). Para Bakhtin, os sujeitos são ‘responsivos’, e os enunciados por eles produzidos não são propriamente ‘textuais’, mas ‘intertextuais’:

Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (Bakhtin, 2003[1953]:272).

Na semiose delineada por Bakhtin, os enunciados são vistos como “elo” de um emaranhado textual e social muito maior. Muitas vezes os usos contemporâneos de termos usuais na área como ‘texto’ e ‘discurso’ obscurecem esse ‘elo’: o texto e o discurso são tratados como a própria coisa, a realidade toda observada. Investigações de circuitos e trajetórias textuais, conversas com agentes envolvidos no processo de entextualização e mediação dos textos, entrevistas, grupos focais, pesquisas de recepção e respostas aos textos em análise são recorrentemente preteridas. O resultado, a meu ver, são pesquisas que, pela pouca habilidade de elaboração de uma perspectiva empírica não-monolítica para o confronto de teorias, métodos e textos-ou-discursos-objeto, têm pouco ou nenhum vigor para “criar inteligibilidades sobre a *vida* contemporânea”, menos ainda para “reinventar a *vida social*” (Moita Lopes, 2006a:86 e 85, ênfases minhas).

Sem uma perspectiva empírica poliédrica, a vida do texto e do discurso fecha-se sobre si mesma. Ou melhor, o texto perde a vida, transforma-se em cadáver. A metáfora da linguagem como cadáver a ser dissecado pelo estudioso foi na verdade bastante explorada por Bakhtin e Voloshinov, teóricos que dedicaram suas carreiras a demonstrar que as opções e cortes teóricos dos estudos da linguagem no século XX foram a um só tempo motivadas e produtoras de ideologias modernistas sobre a língua. Em o *Discurso no Romance*, Bakhtin (1981:292), por exemplo, defende que o discurso “vive (...) para além de si mesmo, em um impulso de vida em direção ao objeto; se nós nos separamos completamente desse impulso tudo o que nos resta é o cadáver da palavra, a partir do qual não se aprende nada sobre a situação social”. Saltando

da linguística que Bakhtin criticava há algumas décadas para a linguística aplicada de hoje, percebo que em muitos trabalhos a “situação social”, dada a empiria monolítica, passa a ser o próprio texto, muitas vezes mensurado de acordo com modelos teóricos convenientemente delimitados para tal fim (ver a ideologia artefactual de linguagem no truísmo 2 abaixo). Embora eu tenha empregado o termo ‘realismo ingênuo’ acima, a situação em questão não é motivada propriamente por ‘ingenuidade’, mas por ‘ideologia’ (Silverstein, 1979; Woolard, 1998; Blommaert, 2006). Assim, uma ideologia ou prática reflexiva habitual poderosa subjaz a essas pesquisas que desconsideram, por assim dizer, o texto social, radicalmente intertextual e interacional. Voloshinov, um ferrenho crítico do estruturalismo de Saussure, identifica as bases dessa ideologia na tradição filológica que antecedeu e motivou os estudos da linguagem modernistas:

É preciso salientar com insistência que essa abordagem filológica foi determinante para o pensamento linguístico do mundo europeu. Esse pensamento nasceu e nutriu-se dos cadáveres dessas línguas escritas. Quase todas as abordagens fundamentais e as práticas desse pensamento foram elaboradas no processo de ressurreição desses cadáveres. O filologismo é um traço inevitável de toda a linguística europeia, condicionada pelas vicissitudes históricas que presidiram ao seu nascimento e desenvolvimento (Voloshinov, 1999:96-97).

Herdamos uma tradição de lidar com línguas sem vida – ou com línguas dissociadas da vida. A pouca atenção à vida social dos textos bem como às tramas e mecanismos institucionais e sociais por meio dos quais essa vida se torna vivível por atores sociais é, certamente, uma das principais causas que posso atribuir ao tipo de perspectiva empírica problemática em muitos estudos de LA contemporâneos. Como afirmei acima, este primeiro truísmo, que desconsidera a construção de perspectivas empíricas em diálogo com modelos de significação nativos no equacionamento do problema de linguagem a ser analisado, anda de mãos dadas com o terceiro truísmo a seguir, relacionado ao pouco espaço dado às posturas reflexivas dos atores envolvidos nas práticas de linguagem. Mas antes nos voltemos para um poderoso truísmo que também se interpõe nos dias de hoje.

2.2. Ideologia artefactual de língua

O segundo truísmo diz respeito aos artefatos que muitos praticantes em linguística aplicada constroem para nortear suas análises. Como aponta Agha (2007a), os estudos da linguagem modernos foram fundados por um método extracionista de análise. Pioneiro deste método, Saussure (1916) tomou decisões teóricas que influenciariam fortemente gerações futuras de pesquisadores da linguagem: o linguista suíço tinha diante de um si um fenômeno complexo, poliédrico, multi-hierárquico e multinivelado – a *linguagem*. Perplexo com a natureza a um só tempo individual e social da linguagem e ainda com o fato de ela ser simultaneamente um sistema estabelecido e uma evolução, Saussure circunscreve neste domínio heterogêneo um núcleo puro, autônomo e homogêneo – a *langue* –, independente e distinto das contingências indexicais da realização individual desse fenômeno – a *parole*. A *langue*, o objeto da ciência que Saussure fundaria sem o querer nos cursos de linguística geral que ministrou em Genebra entre os anos 1907 e 1911, é, nesse sentido, um ‘fragmento’ do fenômeno *langage*. Agha argumenta que a metodologia de Saussure é extracionista na medida em que um fragmento de língua é *extraído* do todo da língua e, metonimicamente, passa a contar (pelo menos para efeitos de teoria e análise linguística) como toda a língua. Saussure afirma, assim, que a solução para as dificuldades de enfrentamento do fenômeno linguagem em toda sua variabilidade e complexidade é eleger a *langue* como “norma de todas as outras manifestações da linguagem” (Saussure, 1916:17). O fragmento emerge como a imagem e o parâmetro do fenômeno de onde foi extraído.

Agha argumenta que essa decisão teórica de Saussure é também restritivist e exclusivista. Uma vez que o fragmento *langue* se torna o parâmetro para a análise do que se entende por língua, o efeito da extração do objeto é o de demarcação de fronteiras: as arestas da disciplina reflexivamente coincidem com as arestas do objeto extraído (Agha, 2007a:222). A disciplina que Saussure inventa é restritiva: trata-se da ciência da *langue*, não da linguagem. Ao remover o objeto *langue* do todo da língua, o argumento de Saussure não denuncia tão-somente delimitação conceitual; como projeção icônica, a definição de autonomia do fragmento passa a figurar também como autonomia da disciplina. Além disso, como marcador de exclusividade, a restrição

do objeto implica um pertencimento distintivo: alguns poucos sujeitos receberão o “título honorífico de ‘linguista’” (Agha, 2007a:222).

Neste ponto, você poderia objetar: mas este argumento é sobre a demarcação da linguística, não da linguística aplicada! Minha resposta a essa possível objeção é que Saussure inaugurou um modo de estudar linguagem que ainda opera na seara mais ampla dos estudos da linguagem contemporâneos. Como Silverstein (1979, 1996, 1998) e tantos outros autores têm recorrentemente apontado, ideologias linguísticas são um nível de meta-significação indissociável do nível da significação. A ideologia linguística que Saussure delimita e purifica em seus cursos em Genebra já existia como modo de pensar a linguagem antes do próprio Saussure: Walter Benjamin (1916), no mesmo ano em que a obra póstuma saussuriana era publicada, denunciava que a ideologia linguística segundo a qual a língua serve à comunicação de signos arbitrários é uma “concepção burguesa de linguagem”. Saussure moldou assim um método extracionista que, como ideologia linguística, está presente em muitas pesquisas em LA.

Nos termos de Blommaert (2013), o método extracionista é motivado por uma ideologia artefactual de linguagem. O fragmento de língua extraído – imagem e parâmetro da própria análise – se transforma assim num artefato, que pode ser transportado para outros lugares e utilizado convenientemente *in vitro*. Essa ideologia artefactual de linguagem se dá a perceber em muitas vertentes da linguística aplicada e da linguística teórica que circunscrevem seu fragmento-metonímia-do-todo à *la Saussure*: letramento, discurso, conversação, metáfora, gramática, gênero discursivo, texto, você pode escolher o fragmento. Mais uma vez, preciso modular o escopo do meu argumento: não estou dizendo que todas as pesquisas aplicadas que tenham, por exemplo, o discurso ou a conversação como objeto criem artefatos como parâmetro único de análise e compreensão da significação; estou falando de tendências. Darei um exemplo genérico baseado na literatura e nos congressos que observei: dado um fragmento de língua chamado ‘discurso’, circunscrevem-se alguns aspectos de sua definição ontológica (efeito de sentido, instância em que a materialidade ideológica se concretiza), formal (paráfrase entre sequências linguísticas), situacional (resultado de condições de produção historicamente constituídas) e interpessoal (troca efetuada entre falantes ou escritores assujeitados à ideologia).

Por mais que o estatuto ontológico do discurso assim concebido não licencie termos como “interação” ou “campo”, o/a linguista aplicado/a que adota este método irá, na busca por dados que confirmem ou (pelo menos teoricamente) refutem sua hipótese, deparar-se com uma pragmática *in vivo* que não necessariamente coincide com o artefato (metapragmático) *in vitro*. Assim, o/a linguista aplicado/a será antes de tudo membro de uma comunidade de prática, participará de eventos genericados em que o artefato lhe será apresentado e nos quais ele/ela será agente co-produtor, buscará suas famílias parafrásticas em corpora ou em interlocuções face-a-face, submetidos a restrições pragmáticas relativas a contexto, estilo, acesso etc. No entanto, em função do artefato restritivo, diversos aspectos dessa pragmática serão elididos ou desconsiderados para que o dado coincida com a imagem prefigurada de artefato linguístico (cf. Pinto, 2013). É assim que a língua *in vivo* dá lugar ao artefato *in vitro*.

Na passagem de uma pragmática à outra, i.e., no salto da pragmática da interação no campo/arquivo/comunidade de prática para a pragmática da construção do artefato, uma série de aspectos importantes da realidade social observada são ignorados. Primeiro, apaga-se o fato de que a pragmática do artefato não contempla a pragmática da elaboração do dado. As noções de ‘discurso’, ‘assujeitamento’, ‘ideologia’ etc. só valem para o dado, não para os caminhos percorridos pelo/a linguista aplicado/a que segue esta orientação teórica. Segundo, a necessária implicação de quem pesquisa é automaticamente desconsiderada numa ideologia artefactual. Assim, ‘ideologia’ e ‘assujeitamento’ são coisas do outro, não se aplicam a minha ação como pesquisador/a; conversação é tudo o que ocorre apenas depois que o gravador foi ligado e antes que ele seja desligado e independe dos trajetos que o/a pesquisador/a e a fala gravada percorreram; prática social do letramento não é a réplica artefactualizada que uso para medi-lo mas sim aquele dado no universo social que corresponde ao meu enquadre; etc. Terceiro, ideologias artefactualizadas geram um mercado de distinção (Bourdieu 2006 [1979]): estes modos e não aqueles de situar um objeto contam como ciência, este dado e não aquele condiz com minha réplica.

Esse mercado de distinção engendrado por ideologias artefactualizadas poderia gerar um artigo à parte. Dependendo dos mecanismos institucionais e sociais envolvidos, os modelos teóricos construídos a

partir de fragmentos de práticas sociais proliferam como verdadeiras mercadorias na comunidade acadêmica. Como em outros processos de proliferação de signos (Briggs, 2007), esses artefatos são colocados no mercado a partir de uma cuidadosa imaginação do uso do artefato e dos caminhos que esse artefato, como réplica distinta de um fragmento de língua, deve percorrer socialmente. À proporção que circula, o fragmento passa a ser reconhecido como o verdadeiro artefato a partir da qual a língua deve ser medida. Muitas vezes a dupla imaginação do uso e das trajetórias do artefato gera subdisciplinas inteiras. Em regimes constituídos dessa forma, explicar o significado social do dado e os mecanismos contingentes que lhe dão significado conta menos do que submeter esse mesmo dado à cama de Procrusto do artefato. No entanto, por mais distintas que essas teorias artefatuais se tornem nos regimes de circulação que asseguram sua substância, um resultado perceptível (mas não auto-evidente, dado o poder que esses regimes podem adquirir) é a fetichização do fragmento. Asif Agha sumariza melhor esse processo do que eu:

[S]e o estudo da linguagem procede pela fetichização de dados restritos sobre fragmentos de língua, a possibilidade que tal estudo possa revelar algo sobre relações sociais entre pessoas através de diferentes línguas e culturas simplesmente desaparece. (Agha, 2007b:8).

2.3. Poucos modelos reflexivos dos agentes envolvidos nas práticas

O terceiro truísmo concerne à pouca atenção dada à atividade reflexiva do/as usuário/as em muitos modelos teóricos e metodológicos da linguística aplicada. O pensamento modernista sobre a linguagem nasceu e ainda se sustenta sobre a tese de que as visões leigas sobre a linguagem devem ser desconsideradas se o que se deseja é uma descrição científica da significação (ver Rajagopalan, 2003, 2008, 2014). Saussure foi enfático ao excluir o domínio da *parole* do fragmento de língua por ele eleito como objeto da linguística; Bloomfield cumpriu seu papel de transmissor do legado saussuriano aos aprendizes de linguística na América Norte ensinando-os que os comentários metalinguísticos dos falantes da língua estudada deviam ser desconsiderados em suas descrições de línguas; Chomsky fez o dever de casa e elegeu o conhecimento abstrato e descontextualizado da linguagem (em detrimento

do uso e da reflexão sobre esse conhecimento pelos falantes) como o fragmento para o qual uma linguística de orientação biológica deveria voltar sua atenção. Até aqui, tudo bem, eu só me referi aos pilares da tradição linguística, e seria de se esperar que a linguística aplicada não estaria infectada por essa ideologia. De fato, autores/as pioneiros/as da linguística aplicada brasileira construíram pesquisas e propostas na infância e adolescência da disciplina no Brasil a partir da séria consideração de modelos reflexivos dos sujeitos envolvidos nos processos sociais e linguísticos analisados: Moita Lopes (1989) investiga a leitura na escola básica dialogando com a percepção “dos participantes [da] interação linguística e do contexto social em que estão envolvidos” (Moita Lopes, 1996:22); Cavalcanti (1989) aborda a interação entre texto e leitor a partir do relato que os sujeitos fazem de seu passo a passo na solução de problemas na leitura; Signorini (1998) estuda os limites da participação na política institucional de uma pequena cidade do Nordeste ao considerar os modelos reflexivos que os atores locais constroem sobre (i)letramento e voz na câmara de vereadores.

A despeito dessas visões e de delineamentos epistemológicos da idade adulta da disciplina que enfatizam a “relevância que o conhecimento do usuário da linguagem tem para a LA” (Moita Lopes, 2006b:34; Rajagopalan, 2006; Signorini, 2006; Cavalcanti, 2006; Fabrício, 2006; Makoni & Meinhof, 2006; Kleiman, 2013), é ainda comum encontrar pesquisas em periódicos e congressos de linguística aplicada que tomam a atividade reflexiva dos participantes da semiose como auto-evidentes no dado – ou que desconsideram absolutamente a reflexividade dos sujeitos. O desinteresse por modelos reflexivos é o produto do cruzamento de perspectivas empíricas monolíticas e não-etnográficas (truísmo 1) com as ideologias artefatuais de linguagem gestadas por Saussure e seus seguidores (truísmo 2). Assim, por exemplo, a partir de um único conjunto de dados (e.g., um corpus de redações escolares) pode-se inferir, descrever e remediar processos sociais (e.g., dificuldade de reescrita) cujas tramas se reticulam por circuitos muito mais longos e sinuosos (e.g., reescrever implica o engajamento reflexivo e a socialização em um conjunto de práticas não necessariamente legíveis num corpus de redações-produto).

Não vejo outra razão para a força deste truísmo que o prestígio e o valor de distinção de ideologias modernistas da linguagem (Bauman

& Briggs, 2003; Moita Lopes, 2013). Embora a linguística aplicada, sobretudo no Brasil, tenha emergido como campo independente em relação à linguística disciplinar, o peso da purificação (Latour, 1994) da língua que Saussure elaborou em seus cursos é notório. E a despeito da natureza *pragmática* da linguística aplicada sublinhada e defendida por Cavalcanti (1986), é como se um aspecto fundamental de qualquer visada pragmática se perdesse no meio do caminho, a saber, o papel do usuário. Na primeira definição de pragmática de que se tem notícia, Morris (1938) aponta que é a presença do usuário que a diferencia dos outros dois “componentes” da significação, a sintaxe e a semântica. Segundo Morris, a sintaxe cuidaria das relações formais entre os signos; a semântica, das relações entre os signos e seus referentes; e a pragmática, das relações entre os signos e seus usuários. Antes e depois de Morris, muita tinta foi gasta sobre a importância de se considerar o usuário nos processos de significação (Jakobson, 1960; Lucy, 1993; Silverstein, 2003; Agha, 2007b). Mas aparentemente a construção do artefato língua a partir de um fragmento que exclui a ação do usuário guiou a política disciplinar dos estudos da linguagem, sobretudo no Brasil, e a linguística aplicada não parece imune aos efeitos dessa política.

Um dos traços dessa política disciplinar é a escolha seletiva pela tradução (no sentido interlingual e interteórico) de autores cujos trabalhos se reciclam em teorias dos estudos da linguagem brasileiros. Por exemplo, o alvo mais importante e emblemático dessa política de tradução, Saussure, reconhece em seu *Curso de Linguística Geral* o termo utilizado por Peirce para a unidade dual, convencional e arbitrária que ele alçaria ao posto de signo linguístico. Diz Saussure: “Utilizou-se a palavra *símbolo* para designar o signo linguístico ou, mais exatamente, o que chamamos de significante.” (1916:82). Saussure não cita Peirce, mas pode-se inferir que a referência aqui é à taxonomia lógico-semiótica desenvolvida por seu contemporâneo norte-americano. Peirce foi seletivamente não traduzido pelos estudos da linguagem brasileiros (e pela linguística aplicada em particular), talvez em deferência às escolhas pioneiras de Saussure que ajudariam a moldar a ideologia linguística modernista em curso nos estudos da linguagem no Brasil. O princípio mais básico da definição de signo elaborada por Peirce é o de que o signo “significa” não apenas por conta das propriedades x ou y que lhe possamos atribuir, mas porque ele, antes de qualquer coisa,

foi reflexivamente reconhecido como signo. Sem que um 'interpretante' (ou operação mental que reconheça a relação de significação) se associe a um 'representamen' e um 'objeto', não há signo (Ponzio, 2006; Parmentier, 1994). Dito de outro modo, a reflexividade do usuário é o próprio de um processo de significação, e ignorá-la numa empreitada pragmática como é a linguística aplicada seria no mínimo um erro categorial. E. Valentine Daniel (2000:351) sumariza o princípio de significação peirceano: "o que define a linguagem não é somente o uso de palavras, ou mesmo aquele princípio de signos convencionais; o que define linguagem é o uso de qualquer signo envolvendo o conhecimento ou consciência da relação de significação".

Outro autor que pouco comparece nessa política de tradução é Roman Jakobson. Inventor do termo "estruturalismo"², Jakobson já no período em que participara do Círculo Linguístico de Praga (décadas de 1920 e 30) rejeita o princípio sincrônico do mestre suíço. Em 1939, iniciava-se a 2ª. Guerra e Jakobson, judeu de origem russa, fugiria da invasão nazista em Praga com sua esposa, Svatava Pirková. Até Nova York, porto seguro onde só chegaria em 1941, Jakobson percorreria um trajeto que, metaforicamente, coincidiria com o da própria linguística aplicada: distanciamento da linguística em vista do seu "absurdo reducionismo" (*apud* Lass, 2013:431) e gradual diálogo com outras disciplinas na busca da construção da linguagem como um conceito reflexivo e indexical. Em sua longa diáspora até Cambridge, Massachusetts, onde seria professor de Lévi-Strauss, Jakobson teria diálogos frutíferos com Franz Boas e Benjamin Lee Whorf e conheceria com eles o legado integracionista entre linguagem e cultura de Edward Sapir. Seria ele, afinal, que formaria influentes antropólogos da linguagem como Michael Silverstein, demonstrando que compreender linguagem e sociedade é uma tarefa conjunta. Embora centrado ainda numa ideologia de linguagem como transferência de significados, Jakobson (1960), em seu *Linguística e poética*, proporia seis funções da linguagem, três das quais seriam reflexivamente orientadas para a própria linguagem: fática, relativa ao canal; poética, relativa à mensagem; metalinguística, relativa ao código. A influência do pensamento de Peirce em sua construção do conceito de *shifters* – ou símbolos indexicais como

2. Benveniste (1988) aponta que Saussure não usou nem uma vez o termo 'estrutura'; apenas 'sistema'.

pronomes pessoais, tempo gramatical, marcadores de lugar, modo e partículas de evidencialidade, cuja função é continuamente posicionar os usuários na interação – no seu influente artigo de 1957, *Shifters, Verbal Categories, and the Russian Verb* e sintomaticamente ainda não traduzido para o português é um bom índice de que uma pergunta é premente para os estudos da linguagem contemporâneos. A pergunta é aparentemente simples: Por que se escolheu Saussure e não Peirce? Conforme o desafio que lanço ao presente truísmo na próxima seção, a meu ver é a linguística aplicada que está melhor preparada para responder a esta questão. Afinal, no Brasil, é ela e apenas ela que surge como disciplina de vocação mestiça e pragmática (Cavalcanti, 1986; Signorini & Cavalcanti, 1998; Moita Lopes, 2006b; Rajagopalan, 2006), logo, orientada à reflexividade dos/as usuários/as. A resposta a essa pergunta implicaria um reposicionamento de sua práxis contemporânea, uma vez que o legado saussuriano (truísmo 2) e a pouca atenção aos modelos reflexivos (truísmo 3) são, a despeito dos esforços contrários, ainda muito presentes no campo aplicado.

Vejamos agora o delineamento do último truísmo.

2.4. Ênfase em disciplinas e não em problemas

O quarto truísmo tem a ver com certa tradição brasileira de concentrar o trabalho acadêmico em áreas ou disciplinas relativamente demarcadas. Não é raro, por exemplo, que congressos de estudos da linguagem no Brasil organizem suas comunicações por áreas. No caso de um congresso, a divisão em si não é um problema; afinal congressos de grandes associações tradicionais recebem trabalhos das mais variadas orientações teóricas, e algum critério de agrupamento deve ser estipulado. Na escala mais ampla da política científica e institucional, áreas relativamente delimitadas se justificam pela luta pelo devido espaço de trabalho, o que reforça que as delimitações de fronteiras não são um problema em si. Assim, o peso do presente truísmo não recai propriamente na razão de ser institucional de áreas ou disciplinas, mas sim num efeito colateral do trabalho focado exclusivamente dentro de certas fronteiras: o tratamento de problemas sociais evidenciados no uso da linguagem não propriamente como “problemas de pesquisa”, mas como “problemas a serem medidos diante do artefato disciplinar”.

É muito comum que as agendas de pesquisa brasileiras se orientem menos por problemas do que por disciplinas. Indexicalidade, migração, desigualdade, superdiversidade, socialização, violência simbólica etc. fazem menos parte do vocabulário de discussões acadêmicas no Brasil do que semântica, sociolinguística, psicolinguística, análise do discurso.

Esse truísmo provavelmente deriva de ideologias brasileiras de trabalho em ciências humanas. O legado restritivista de ideologias científicas modernas se dá a ver em diferentes instâncias da pesquisa científica em humanidades: uma boa evidência (dentre tantas outras) da atenção exacerbada aos limites disciplinares é o mútuo desinteresse de pesquisas linguísticas por explicações densas de aspectos sociais motivando fenômenos linguísticos e de pesquisas sociais por problemas linguísticos afetando fenômenos sociais.

Dada essa orientação ideológica, os três truísmos anteriores se entrelaçam facilmente com este quarto truísmo: pela lógica do segundo truísmo, a extração de fragmentos artefatuizados do todo da linguagem provocou a demarcação de disciplinas, o que se soma ao primeiro truísmo na medida em que a evidência empírica para as pesquisas passa a ser o dado conformado ao artefato teórico ou aos próprios construtos gerados pelas demarcações disciplinares, que prescindem, de acordo com o terceiro truísmo, de perspectivas reflexivas dos participantes das práticas sociais analisadas. Evitar essa circularidade demandaria que a linguística aplicada não apenas revisitasse suas bases epistemológicas como o faz no presente volume, mas também que delineie e promova discussão de problemas em vez de (ou menos do que) fronteiras.

No atual estado da LA, dada a força desses quatro truísmos, é muito mais provável que a pergunta “Qual é a sua área?” faça mais sentido do ponto de vista da marcação de identidade profissional do que “Qual o seu problema de pesquisa e como você mobiliza determinados construtos teóricos e empíricos para o seu enfrentamento?” Nesse sentido, a sugestão de Moita Lopes (2006a) e de outros pesquisadores de que a linguística aplicada é menos uma disciplina do que uma área de investigação (ou INdisciplina) aplicada para onde convergem pesquisadores de diferentes orientações teóricas e “disciplinares” continua esperando mais condições propícias para sua replicação e disseminação.

Vale lembrar que “cabeças disciplinaristas” (Moita Lopes, 2013b:17) não surgem do nada; algum processo de transmissão deve estar em curso, e processos de transmissão de hábitos e de cultura dependem da mediação de signos visíveis ou audíveis. Além dos periódicos e congressos que observei, a disseminação deste e dos outros três truísmos depende ainda dos processos de treinamento e formação de linguistas aplicado/as. Tais eventos sociais mediados por textos orais ou escritos (aulas, reuniões de grupo, relatórios, mensagens, artigos, teses etc.) têm o papel decisivo de solidificação de políticas epistêmicas modernistas e disciplinaristas. São esses projetos epistêmicos que, no final, podem facilitar a proliferação desses truísmos ou, alternativamente, diagnosticá-los e tratá-los. A próxima seção se dedica brevemente a este último fim.

3. Desafios para a vida adulta da linguística aplicada

Desafio 1

Diante da qualidade da evidência empírica que identifico em muitas pesquisas brasileiras em linguística aplicada, o desafio que lanço a este truísmo é um outro tipo de diálogo com textos e uma maior vigilância etnográfica no processo de geração de dados. A vida social é inelutavelmente dependente de textos: processos e relações sociais são feitos, refeitos e desfeitos por meio de recursos perceptíveis orais ou escritos (ou multimodais), com duração ou tamanho específicos, frequentemente acompanhados de signos não-verbais, capazes de mediar relações sociais tanto em pequena como em grande escala e em diferentes graus de participação, reciprocidade e acesso. Esses recursos a um só tempo físicos e sociais são os textos com os quais linguistas aplicado/as lidam em suas análises, e a pesquisa de Bakhtin e Voloshinov já apontou de modo pioneiro que esses artefatos são apenas um “elo” de um circuito de enunciados mais amplo. Assim, o desafio é o de abandonar de vez a sincronia e a sintopia (Blommaert, 2010) que Saussure legou aos modernos (e o masculino genérico aqui é intencional) na sua construção de língua e enfrentar textos como formas móveis no espaço e no tempo. Entender textos como recursos de mobilidade dinâmica implica concebê-los como instâncias de processos de entextualização (Bauman & Briggs, 1990; Silverstein & Urban, 1996). Mais ainda,

implica construir perspectivas etnográficas que permitam reconstruir o movimento dos enunciados e a indexicalidade (Silverstein, 2003; Hanks, 1996) que os vincula a contextos (e retroativamente constrói esses mesmos contextos): triangulação de mais de uma fonte de textos, entrevistas com agentes e receptores dos processos de entextualização, etnografias, pesquisas de recepção são alguns métodos que linguistas aplicado/as podem abraçar no simultâneo movimento de seus corpos na reconstrução dos trajetos que esses recursos percorrem e das tramas (Fabrício, 2006) em que eles se enveredam. O desafio é ainda o de evitar a projeção de trajetórias lineares de circulação de textos (como a imagem sintomaticamente linear do movimento dos signos através das cabeças falantes do circuito da fala de Saussure indicia) e pensá-las, em conformidade com os processos sociais, como trajetórias multiniveladas e por vezes sinuosas, fragmentadas e convulsivas, sensíveis às relações sociais que se constroem *in loco*.

Desafio 2

Delinear o truísmo 2 foi minha tentativa de reconstruir, na linguística aplicada, a influência da ideologia de construção da modernidade pela via da língua empreendida por Saussure. Trago 'Saussure' apenas como uma metonímia de um percurso intelectual empreendido por muitas outras cabeças, e muito mais antigo e mais amplo (reconstruído com muito mais rigor e fôlego em Bauman & Briggs, 2003, em quem aliás me inspiro), cujo efeito mais notório foi a produção da desigualdade e a inclusão de certas imagens de raça, gênero, sexualidade e classe nos núcleos seguros das epistemes modernas. O desafio que lanço a este truísmo é o de que a linguística aplicada desenvolva uma agenda que permita indagar com a camada ideológica que acompanha tanto as descrições especializadas de línguas quanto os usos nativos dessas mesmas línguas. Esse desafio implica uma compreensão de ideologia diferente da tradição que a concebe como 'falsa consciência', 'assujeitamento' ou 'consciência da elite'; quando Jakobson (1960) apontou que toda linguagem implicava uma metalinguagem, o nível de análise simultâneo que se descortinava (i.e., a metalinguagem) era propriamente ideológico num sentido mais mundano (Woolard, 1998) e prático (Bourdieu, 1977), i.e., ideologia[s] como "camadas

mais profundas de cultura e sociedade, as assunções não-ditas que, como certo tipo de ‘cimento social’, transformam grupos de pessoas em comunidades, sociedades e culturas” (Blommaert, 2006:510). No caso das ideologias linguísticas, esse cimento social diz respeito à camada metapragmática que acompanha a pragmática de cada uso da língua e que formula, como projeção e arregimentação desse uso, uma ou várias imagem[ns] de pessoa e encontro social. Essa camada metapragmática e indexical “não é neutra; ela é avaliativa, relacional, socialmente posicionada, investida de interesses e sujeita a contestação e dominância” (Blommaert, 2006:511). Nos termos deste desafio, ideologia linguística passa a ser princípio de qualquer investigação no campo aplicado da linguagem; ‘preconceito linguístico’ passa a ser ‘determinado conceito linguístico’; ideologia passa a ser não apenas aquilo que move e orienta o grupo analisado, mas qualquer grupo, a minha comunidade de pesquisa incluída.

Desafio 3

O terceiro desafio ao campo aplicado é responder à pergunta: “Por que Saussure e não Peirce?” Trazer o debate sobre a reflexividade dos/as usuários/as para o centro da agenda da linguística aplicada implica, em parte, responder a esta pergunta. Se Saussure formulou modos de purificar a linguagem ao imaginar um fragmento, nos termos de Latour (1994), purificado em laboratório (ou em gabinete, para ser mais preciso), isolado do tempo, livre de contingências contextuais e de pertencimento racial, sexual, econômico e sócio-espacial, Peirce imaginou os processos de significação como recursos dinâmicos, móveis, reflexivos, sempre infectados por categorias circunvizinhas, portanto nunca plenamente purificáveis. Na medida em que o fenômeno da significação é imaginado de forma muito mais híbrida e dinâmica em Peirce, instigo a linguística aplicada a investir no legado peirceano como forma de reagir à ideologia artefatuizada de linguagem que Saussure ajudou a fundamentar e que não está presente apenas nos estudos da linguagem de forma mais ampla, mas em várias das discussões sobre “língua” na vida social contemporânea (ver, e.g., Silverstein, 1996; Irvine & Gal, 2000; Parmentier, 1994; Bauman, 2004). Como aponte na seção 2.3, o caminho sinuoso e interdisciplinar que Jakob-

son percorreu de Saussure rumo a Peirce coincide com o caminho da linguística aplicada brasileira, e revisitá-lo, reconstruí-lo, reinventá-lo é mais do que urgente no delineamento de um campo crítico dos estudos da linguagem como a LA.

Desafio 4

Antes da formulação deste desafio, preciso antecipar uma possível objeção à reflexão aqui apresentada. Uma crítica que muito provavelmente poderia ser endereçada ao que propus aqui é: os quatro truísmos presentes na idade adulta da linguística aplicada não seriam nada mais do que instâncias de truísmos da linguística, dado o “paradoxo aplicado” (Costa & Geraldi, 2007) que infectaria o projeto epistêmico da LA. Nos termos da crítica dos autores a alguns pontos centrais da episteme da linguística aplicada, o ‘paradoxo aplicado’ consiste na contraditória negação que o discurso epistemológico da linguística aplicada faz das bases conceituais da linguística. Para Costa & Geraldi, a explicação que a LA fornece para seu distanciamento epistêmico da linguística acaba denunciando a simultânea e paradoxal aproximação entre o campo aplicado e a linguística disciplinar. Os autores fundamentam sua crítica principalmente nas bases e nos autores comuns que orientam as investigações nas duas disciplinas:

Em Rajagopalan (2006, p. 155), por exemplo, o ponto de vista da LA é construído em relação à Linguística pela identificação do desinteresse dos linguistas por questões relativas à “política” e a “outros temas práticos” e seu relacionamento ao paradigma da “neutralidade científica”. Logo adiante, no mesmo texto, no entanto, o autor vai se referir a uma “linguística crítica” que busca superar esses limites já transpostos pela LA (p. 162). Ora, entre os autores referidos como “críticos”, encontra-se o linguista britânico Norman Fairclough que é fundador da Análise de Discurso Crítica e cujas pesquisas são, há duas décadas, uma fonte importante da reflexão teórico-metodológica da LA. É curioso, também, que essas mesmas pesquisas de Análise do Discurso tenham como fundamento “uma linguística crítica da década de 1970”, de base funcionalista (FAIRCLOUGH, 1992). Não menos importante ainda é que o articulador dessa reflexão disciplinar da LA seja um pesquisador ligado às bases institucionais da Linguística (Costa & Geraldi, 2007:169-170).

Assim, na medida em que trago a história de um projeto epistêmico que coincide com a demarcação conceitual e institucional da linguística teórica ao longo do século XX, meus argumentos seriam uma crítica aos pressupostos da linguística e não da linguística aplicada (se é que haveria, do ponto de vista da lógica dos autores, pressupostos “próprios” da LA). Mas perceba que no excerto acima os autores criticam o argumento de Rajagopalan principalmente por meio do recurso a termos honoríficos que identificam Norman Fairclough e o próprio Rajagopalan: ‘analista de discurso crítico’ e ‘linguista’ para Fairclough e ‘pesquisador ligado às bases institucionais da Linguística’ para Rajagopalan. No final, é como se a distinção entre linguística disciplinar e LA fosse a circunscrição física de um departamento, o que conferiria a um intelectual o marcador honorífico ‘linguista’ ou ‘linguista aplicado/a’ em vista do departamento que emite seu contracheque. Mas a demarcação poderia muito bem ser outra: poderíamos utilizar por exemplo o título de doutorado? Como Rajagopalan fez doutorado em linguística aplicada, o argumento teria de inevitavelmente seguir outra direção, até encontrar um limite classificatório – que será, como Rajagopalan recorrentemente aponta, uma escolha e, como tal, uma empreitada ética.

Creio que utilizar a linguagem honorífica como o fiel da balança das diferenciações epistêmicas entre linguística e linguística aplicada é insistir na ideologia artefactualizada de que o núcleo da linguagem (na verdade, um fragmento dela) e sua episteme permanecerão a salvo nos departamentos de linguística. Saussure, afinal, inicia seu *Curso de Linguística Geral* reconhecendo que a linguagem recebe atenção dos mais variados teóricos e também dos leigos, mas logo adverte que “não há domínio onde tenha germinado ideias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções.” Nos termos do autor, a tarefa do linguista é, antes de tudo, “denunciá-los, dissipá-los tão completamente quanto possível” (Saussure, 1916:14). Enunciados como esses não são inócuos do ponto de vista do projeto epistêmico exclusivista de Saussure.

Fronteiras disciplinares são sempre de fato opacas. Delimitações de disciplinas muito dificilmente se isentarão de projetos políticos e econômicos que terminam por guiar projetos epistêmicos. E o tipo de demarcação que Costa & Geraldi (2007) efetuam não deixa de ser uma instanciação da política epistêmica do truísmo 4: as epistemologias da

linguística e da linguística aplicada são por eles mensuradas de acordo com os fragmentos eleitos como “a língua” – i.e., artefatos restritivistas produzidos dentro das próprias disciplinas. Meu desafio aos autores e ao truísmo 4 de modo mais amplo é: e se pensarmos na linguagem não como algo que se investiga somente nos departamentos de linguística ou de linguística aplicada mas como um problema mais amplo que por sinal gerou a “virada linguística” nas ciências humanas? E se alargarmos nossos horizontes e medirmos as escolhas epistêmicas da LA não contra o pano de fundo da linguística disciplinar mas sim da esfera mais ampla do pensamento sobre a linguagem em outras searas, acadêmicas e não-acadêmicas?

O projeto de purificação da linguagem de Saussure – isto é, a eleição de um fragmento dela como objeto de uma ciência – é muito mais antigo do que o próprio Saussure. Como Lahud (1977) e Bauman & Briggs (2003) apontaram, as raízes deste projeto estão firmemente assentadas na filosofia modernista de John Locke (1975[1689]), que buscou demarcar uma língua segura para uma sociedade igualmente segura. Eleger um núcleo da língua de natureza arbitrária e informacional, livre da polissemia, da citação e da opacidade estava entre as estratégias da filosofia liberal de Locke para garantir o espaço vital para a modernidade e os modernos. Na medida em que as demarcações epistêmicas de Saussure e Locke pressupunham a exclusão de muitos não-modernos desse núcleo seguro, resta à fase adulta da linguística aplicada o desafio de não apenas mapear a instanciação dessas demarcações na vida social contemporânea, mas também de enfrentar os problemas que não coincidem com essas circunscrições e exclusões.

Recebido em outubro de 2014

Aprovado em outubro de 2014

E-mail: dnsfortal@gmail.com

Referências Bibliográficas

- AGHA, Asif. 2007a. The object called “language” and the subject of Linguistics. *Journal of English Linguistics* 35(3):217-235.
- _____. 2007b. *Language and social relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

- BAKHTIN, Mikhail. 2003[1953]. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes. p. 261-306.
- _____. 1981. Discourse in the novel. In: _____. *The dialogic imagination*. Austin: U. Texas Press. p. 259-422.
- BAUMAN, Richard. 2004. *A World of Other's words: Cross-cultural perspectives on intertextuality*. Oxford: Blackwell.
- BAUMAN, Richard & Charles BRIGGS. 1990. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. *Annual Review of Anthropology* 19:59-88.
- _____. 2003. *Voices of Modernity*. Language ideologies and the politics of inequality. Cambridge: Cambridge University Press.
- BENJAMIN, Walter. 2011[1916]. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem. In: _____. *Escritos sobre mito e linguagem*. Trad. Suzana Kampf Lages. São Paulo: Ed. 34. p. 49-74.
- BENVENISTE, Émile. 1988. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.
- BLOMMAERT, Jan. 2006. Language Ideology. In: Keith Brown. Ed. *Encyclopedia of Language & Linguistics*. 2.ed. Volume 6. Oxford: Elsevier. p. 510-522.
- _____. 2008. Contexto é/como crítica. In: Inês Signorini. Ed. *Situar a língua(gem)*. São Paulo: Parábola. p. 93-116.
- _____. 2010. *The Sociolinguistics of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2013. From fieldnotes to grammar: Artefactual language ideologies and the micro-methodology of linguistics. *Tilburg Papers in Culture Studies* 84:1-59.
- BORBA, Rodrigo. 2014a. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu* 43:441-474.
- _____. 2014b. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral a humanizada à saúde de pessoas transexuais. *Salud, Sexualidad y Sociedad*, 17:66-97.
- _____. 2014c. *(Des)aprendendo a "ser": trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador*. Tese. Doutorado em Linguística Aplicada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BOURDIEU. 1977. *Outline of a theory of practice*. Trad. Richard Nice. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOURDIEU, Pierre. 2006[1979]. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern & Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp.

- BRIGGS, Charles. 2007. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. *Current Anthropology*, 48(4):551-580.
- BUTLER, Judith. 2003[1990]. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAVALCANTI, Marilda. 1986. A propósito de linguística aplicada. *Trabalhos em Linguística Aplicada* 7(2):5-12.
- _____. 1989. *Interação texto leitor*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. 2004. Applied linguistics: Brazilian perspectives. *AILA Review* 17:23-30.
- _____. 2006. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Ed. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p. 233-252.
- COSTA, Alexandre & Wanderley GERALDI. 2007. O paradoxo aplicado. *Signótica* 19(2):157-175.
- DANIEL, E. Valentine. 2000. Mood, Moment, and Mind. In: Veena Das et al. (Eds.) *Violence and Subjectivity*. Berkeley: University of California.
- FABRÍCIO, Branca. 2006. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Ed. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p. 45-66.
- _____. 2013. A outridade lusófona em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. (Org.) *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola. p. 144-168.
- _____. 2014. Transcontextos educacionais: gêneros e sexualidades em trajetórias de socialização na escola. In: Daniel N. Silva, Dina Ferreira & Claudiana Alencar (Orgs.) *Nova Pragmática: Modeos de Fazer*. São Paulo: Cortez. p. 145-189.
- FIAD, Raquel Salek. 2013. Reescrita, dialogismo e etnografia. *Linguagem em (dis)curso* 13(3):463-480.
- HANKS, William. 1996. *Language and communicative practices*. Boulder: Westview,
- Jakobson, Roman (1960) Closing Statements: Linguistics and Poetics. In: Thomas A. Sebeok. Ed. *Style In Language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press. p. 350-377
- _____. 1984[1957]. *Shifters, Verbal Categories, and the Russian Verb*. In: _____ *Russian and Slavic Grammar* (Ed. Linda Waugh & Morris Halle). Berlin: Mouton. p. 41-58.

- KLEIMAN, Angela. 2013. Agenda de pesquisa e ação em linguística aplicada: problematizações. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Ed. *Linguística aplicada na modernidade recente festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola/Cultura Inglesa. p. 39-58.
- LASS, Andrew. 2013. Jakobson, Roman O. In: Jon McGee, Richard L. Warms. Eds. *Theory in Social and Cultural Anthropology: An Encyclopedia*. Los Angeles: Sage. p. 429-432.
- LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34.
- LOCKE, John. 1975[1689]. *An Essay Concerning Human Understanding*. Oxford: Oxford University Press.
- LUCY, John A. (ed.). 1993. *Reflexive Language: Reported Speech and Metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IRVINE, Judith & Susan GAL. 2000. Language ideology and linguistic differentiation. In: Paul Kroskrity. Ed. *Regimes of language: Ideologies, politics, and identities*. Santa Fe: School of American Research Press. p. 35-84.
- LAHUD, Michel. 1977. Alguns mistérios da Linguística. *Almanaque* 5:28-37.
- MAKONI, Sinfree & Ulrike MEINHOF. 2006. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Org. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p. 191-214.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. 1989. Ensino de leitura de inglês em escolas de 1o. grau: análise de alguns dados etnográficos. *Anais da IV ANPOLL*. p. 603-610.
- _____. 1996. Afinal, o que é linguística aplicada? In: _____. *Oficina de linguística aplicada*. Campinas: Mercado de Letras. p. 17-24.
- _____. 2006a. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: Moita Lopes, Luiz Paulo (Org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p. 85-107.
- _____. 2006b. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: Moita Lopes, Luiz Paulo (Org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p. 13-44.
- _____. (org.). 2013a. *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola.
- _____. 2013b. Fotografias da linguística aplicada brasileira na modernidade recente. In: Moita Lopes, Luiz Paulo. Ed. *Linguística*

- aplicada na modernidade recente: fetschrift para Antonieta Celani.* São Paulo: Parábola/Cultura Inglesa. p. 15-38.
- MORRIS, Charles. 1955[1938]. *Signs, language and behavior*. Nova York: George Braziller, Inc.
- PARMENTIER, Richard. 1994. *Signs in Society*. Bloomington: Indiana University Press.
- PINTO, Joana. 2013. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Ed. *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola. p. 120-143.
- _____. 2014. Contradições e Hierarquias nas Ideologias Linguísticas do Conselho Nacional de Imigração. *Domínios de Lingu@Gem* 8:108-134.
- PONZIO, Augusto. 2006. Indexicality: Theory. In: Brown, Keith (Ed.) *Encyclopedia of Language and Linguistics*. 2.ed. Oxford: Elsevier.
- RAJAGOPALAN. 2003. O linguista e o leigo: por um diálogo cada vez mais necessário e urgente. In: _____. *Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade, e a questão ética*. São Paulo: Parábola. p. 129-135.
- _____. 2006. Repensar o papel da linguística aplicada. In: Luiz Paulo da Moita Lopes. Ed. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p. 149-168.
- _____. 2008. Linguagem: o santo graal da linguística. In: Inês Signorini. Ed. *Situar a língua(gem)*. São Paulo: Parábola. p. 15-38.
- _____. 2014. A pesquisa política e socialmente compromissada em pragmática. In: Daniel Silva, Dina Ferreira & Claudiana Alencar. Eds. *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez. p. 101-128.
- SAUSSURE, Ferdinand. 1986[1916]. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- SIGNORINI, Inês. 1998. Literacy and legitimacy: Unschooling councilmen in legislative sessions. *Journal of Pragmatics* 29:373-391.
- SIGNORINI, Inês & Marilda CAVALCANTI (eds.). 1998. *Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras.
- SILVA, Daniel. 2012. *Pragmática da violência: o nordeste na mídia brasileira*. Rio de Janeiro: 7 letras/FAPERJ.
- _____. 2014. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. *Linguagem em (Dis)curso* 4:67-84.
- SILVERSTEIN, Michael. 1979. Language structure and linguistic ideology. In: P. Clyne, W. Hanks & C. Hofbauer. Eds. *The elements: a parasection*

- on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society. p. 193-247.
- _____. 1996. Monoglot 'Standard' in America: standardization and metaphors of linguistic hegemony. In: Donald Brenneis and Ronald Macaulay. Eds. *The Matrix of Language*. Boulder, CO: Westview Press. p. 284-306.
- _____. 1998. The uses and utility of ideology: a commentary. In: Bambi Shchieffelin et al. Eds. *Language ideologies: practice and theory*. New York: Oxford University Press. p. 123-148.
- _____. 2003. Indexical order and the dialectics of the sociolinguistic life. *Language and Communication* 23:193-229.
- SILVERSTEIN, Michael & Greg URBAN (eds.). 1996. *Natural histories of discourse*. Chicago: University of Chicago Press.
- SITO, Luanda; MARQUES, Cristina C. & SANTOS, Leticia. 2007. Fronteiras temáticas da Lingüística Aplicada: o que estudam e onde intervêm as pesquisas em Lingüística Aplicada. *Cadernos do IL (UFRGS)* 34:15-25.
- VOLOSHINOV, Valentin. 1999. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec.
- WIDDOWSON, Henri. 2000. On the limitations of Linguistics Applied. *Applied Linguistics* 21:3-25.
- WOOLARD, Kathryn. 1998. Introduction: Language ideology as a field of inquiry. In: Bambi Shchieffelin et al. Eds. *Language ideologies: practice and theory*. New York: Oxford University Press. p. 3-47.